PRR

Plano de Recuperação e Resiliência

RECUPERAR PORTUGAL, CONSTRUINDO O FUTURO

Investimentos dos AÇORES

Versão 1.3 outubro 2021

PRR Plano de Recuperação e Resiliência

GOVERNO DOS AÇORES

REPÚBLICA PORTUGUESA

Financiado pela União Europeia NextGenerationEU

Índice

Nota Introdutória 3

Plano de Recuperação e Resiliência - estrutura geral..... 4

Alinhamento do PRR com as Recomendações Específicas por País (REP)..... 6

Alinhamento do PRR com os seis pilares relevantes da politica da UE 8

Estrutura geral dos investimentos dos Açores no PRR 10

A caminho da Resiliência 12

Componente 1 14

Componente 2 16

Componente 3 18

Componente 5 20

Componente 6 25

Componente 7 29

A caminho da Transição Climática 31

Componente 10 33

Componente 14 35

A caminho da Transição Digital 37

Componente 19 39

Componente 20 41

Modelo de Governação 43

Nota Introdutória

A pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, para além de representar uma emergência de saúde pública, que obrigou a respostas imediatas no plano sanitário, desencadeou uma retração generalizada da atividade económica, originando impactos sem precedentes e severas consequências de ordem económica e social à escala mundial.

Perante os graves impactos da pandemia nas economias europeias, foi criado um instrumento comunitário estratégico de mitigação do impacto económico e social da crise, capaz de promover a convergência económica e a resiliência das economias da União, contribuindo para assegurar o crescimento sustentável de longo prazo e para responder aos desafios da dupla transição para uma sociedade mais ecológica e digital. Foi neste contexto que o Conselho Europeu criou o *Next Generation EU*, um instrumento temporário de recuperação, a partir do qual se desenvolve o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, onde se enquadra este Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O *Next Generation EU* apresenta-se como um mecanismo extraordinário que será utilizado pela primeira vez na história da União e que demonstra o compromisso dos Estados-Membros com o projeto europeu, baseado na prosperidade partilhada. Este acordo foi determinante para assegurar uma resposta dimensionada e atempada a uma crise sem precedentes e, em simultâneo, garantir a coesão do espaço europeu, mitigando os efeitos que decorreriam de uma capacidade de resposta assimétrica entre Estados-Membros.

O PRR, com um período de execução até 2026, visa implementar um conjunto de reformas e de investimentos que permitirá ao país retomar o crescimento económico sustentado, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década. Será financiado por recursos totais de 16,6 mil M€, distribuídos por cerca de 14 mil M€ de subvenções e 2,7 mil M€ de empréstimos, em que o PRR-Açores absorverá 580 M € de subvenções.

Plano de Recuperação e Resiliência - estrutura geral

A combinação dos fundos europeus do Quadro Financeiro Plurianual e do Next Generation EU permitirá a Portugal aceder a um volume de cerca de 50 mil milhões de euros (M€) no período de 2021 a 2029, considerando apenas as subvenções. Esta oportunidade única permitirá ao país recuperar da severa crise conjuntural com uma resposta estrutural, assegurando um crescimento robusto e sustentável, sem deixar ninguém para trás.

O PRR português é um programa de aplicação nacional, com um período de execução até 2026, e vai implementar um conjunto de reformas e de investimentos que permitirá ao país retomar o crescimento económico sustentado, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década.

Será financiado por recursos totais de 16,6 mil M€, distribuídos por cerca de 14 mil M€ de subvenções e 2,7 mil M€ de empréstimos, e com um perfil de desembolsos que permitirá a liquidez necessária para que o PRR funcione como instrumento efetivo de reposta à crise. As autoridades nacionais reavaliarão, no segundo semestre de 2022, o recurso adicional até 2,3 mil M€ de apoios sob a forma de empréstimos, em função do nível da procura gerada no PRR em medidas de apoio às empresas, designadamente no domínio da Capitalização e Inovação Empresarial e em função da dinâmica das finanças públicas.

O PRR assume-se como um dos instrumentos de financiamento de uma Estratégia global mais vasta que cobre um horizonte temporal mais alargado – a Estratégia 2030, que define para a corrente década, uma visão do país em termos económicos, sociais e ambientais.

Considerando o diagnóstico de necessidades e dos desafios, o PRR foi organizado em 20 Componentes que integram um total de 37 Reformas e de 83 Investimentos.

Figura 1. As Componentes do PRR e os Investimentos Associados

* Possibilidade de recurso adicional a empréstimos no valor até 2.300 M€ a solicitar à Comissão Europeia até 2022.

As vinte componentes e as respetivas reformas e investimentos estão agrupadas no PRR em torno de três dimensões estruturantes:

Sob o desígnio da **Resiliência**, as opções nacionais focam-se em três prioridades: a redução das vulnerabilidades sociais, direcionando a sua ação para as pessoas e para as suas competências; o reforço do potencial produtivo nacional, procurando garantir condições de sustentabilidade e competitividade ao tecido empresarial; a ambição de assegurar um território simultaneamente competitivo e coeso num contexto de adaptação ás transições climática e digital em curso.

A dimensão **Transição Climática** desenvolve-se essencialmente ao nível da mitigação e contempla investimentos em três prioridades, relativas à Mobilidade Sustentável, Descarbonização e Bioeconomia e Eficiência Energética e Renováveis e pretende, por via do estimulo da investigação, da inovação e da aplicação de tecnologias de produção e consumo de energia mais eficientes, promover o melhor aproveitamento dos recursos de que o país já dispõe e agilizar o desenvolvimento de setores económicos em torno da produção de energias renováveis.

O potencial da **Transição Digital** permitirá preparar e adaptar as competências dos portugueses às novas necessidades de empoderamento enquanto cidadãos, para participação num mercado de trabalho marcado por novos processos produtivos, novos modos de organização empresarial e novos produtos e serviços. Em simultâneo, a melhoria da qualidade das finanças públicas, reforçando a resiliência institucional e a redução dos custos de contexto, com enfoque na justiça económica e na promoção da simplificação administrativa e legislativa, garantirá uma administração pública mais próxima, mais eficiente e mais transparente para cidadãos e empresas. Concentra investimentos em três prioridades, nomeadamente, no que concerne à Escola Digital, Empresas 4.o e Administração Pública Digital.

Alinhamento do PRR com as Recomendações Específicas por País (REP)

De acordo com a finalidade do Mecanismo de Recuperação e de Resiliência europeu, o PRR é um plano que visa, no seu objetivo primeiro, prosseguir e concretizar reformas, necessitando para isso, regra geral, de formular investimentos estratégicos, financiados de forma adequada.

Como referencial geral da identificação das reformas a considerar no PRR, tem-se presente a Estratégia 2030 aprovada pelo Governo, que identifica bloqueios e estratégias para os ultrapassar no quadro temporal de uma década.

O diagnóstico dos constrangimentos é também partilhado pela Comissão Europeia, nomeadamente no quadro do processo do Semestre Europeu, através da emissão das Recomendações Específicas por País (REP), com principal destaque para as de 2019 e 2020.

Deste modo, o PRR promove intervenções de mudança estrutural, alinhadas com as conclusões sobre os obstáculos e desafios que Portugal enfrenta, referenciados nos documentos publicados no âmbito do Semestre Europeu. Portugal pretende, assim, garantir que o quadro global de intervenções permitirá acelerar de forma decisiva a transformação da economia portuguesa, com vista a promover o ambicionado salto qualitativo, e colocar, de modo sustentado, o país numa rota de convergência real com os seus parceiros da União Europeia, e assegurando, simultaneamente, o desenvolvimento de acordo com os objetivos da transição climática, o desenvolvimento equilibrado do território e a redução das desigualdades, ancorada na distribuição mais justa dos recursos.

O conjunto de reformas apresentadas no PRR constitui um pacote ambicioso de ações que visa promover, simultaneamente, a transformação da economia e da sociedade portuguesas, tendo em vista a sua adaptação às tendências que marcarão a próxima década, bem como garantir, numa abordagem evolutiva e sistemática, que os bloqueios estruturais ao desenvolvimento económico, social e territorial do país são ultrapassados. Os investimentos propostos no PRR visam dar corpo a esse caráter transformador e reformista, promovendo as condições para um desenvolvimento económico e social mais justo, equitativo e sustentável, tendo por base a apropriação social do conhecimento e a promoção da cultura científica entre todas e todos os portugueses.

O alinhamento do PRR com as REP dirigidas a Portugal em 2019 e 2020, sintetizado na matriz que a seguir se apresenta, comprova o caráter amplo da resposta aos diversos constrangimentos que o país enfrenta – assegurando-se, por esta via, o triplo desígnio de promover a recuperação social e económica da crise, fomentar a coesão interna e assegurar a convergência externa do país.

Esse alinhamento é concretizado através de um conjunto de reformas e investimentos inscritos nas diferentes Componentes do PRR, que respondem a quatro grandes áreas de atuação inscritas nas REP:

- Garantir a resiliência financeira e institucional, apoiando o combate à pandemia sem comprometer a sustentabilidade orçamental a médio prazo **»» REP 1**
- Promover as competências e qualificações, apoiar o emprego de qualidade e reforçar a proteção social**»» REP 2**
- Fomentar o investimento público e privado, com foco particular na dupla transição digital e climática **»» REP 3**
- Melhorar as condições de contexto para as empresas e os cidadãos **»» REP 4**

Figura 2. Matriz de Resposta do PRR às REP 2019 e 2020

	Recomendações Específicas (REP) dirigidas a Portugal	RESILIÊNCIA									TRANSIÇÃO CLIMÁTICA						TRANSIÇÃO DIGITAL				
		C01	C02	C03	C04	C05	C06	C07	C08	C09	C10	C11	C12	C13	C14	C15	C16	C17	C18	C19	C20
REP 1	1.1. Combater a pandemia, sustentar a economia e apoiar a recuperação (2020)	●●●	●●●	●●●	●●●	●●●	●●●	●●	●●	●●	●●	●●●	●●●	●●●	●●●	●●	●●●	●●●	●●●	●●●	●●
	1.2. Aumentar a qualidade das finanças públicas (2019 e 2020)	●●																●●●			
	1.3. Reforçar a resiliência do sistema de saúde e melhorar o acesso a cuidados de saúde de qualidade e a cuidados de longa duração (2019 e 2020)	●●●		●●																	
REP 2	2.1. Melhorar o nível de competências da população, tornar a aprendizagem de adultos mais relevante para as necessidades do mercado de trabalho e aumentar o número de licenciados, em particular nas áreas STEM (2019 e 2020)						●●●				●●						●●			●●	●●●
	2.2. Melhorar a eficácia e adequação da rede de proteção social (2019 e 2020)		●●●	●●●																	
	2.3. Apoiar empregos de qualidade e reduzir a segmentação do mercado de trabalho (2019 e 2020)				●	●●	●●				●						●●				
	2.4. Apoiar o uso de tecnologias digitais e promover competências digitais (2019 e 2020)	●			●●	●	●●										●●●	●●	●●●	●●●	●●●
REP 3	3.1. Promover o investimento para a transição climática (2019 e 2020)				●	●			●●●	●●●	●●●	●●●	●●●	●●●	●●●	●●●					
	3.2. Acesso ao financiamento, em particular PME, e promoção do investimento para a recuperação (2020)					●●●						●●	●	●	●		●●				
	3.3. Promover o investimento em inovação e investigação (2019 e 2020)				●●	●●●	●	●			●●	●	●●●		●		●	●	●	●	●
REP 4	4.1. Ambiente de negócios: quadro de insolvência e reestruturação; tribunais administrativos e tributários; carga administrativa e regulatória (incluindo licenciamento); profissões reguladas (2019 e 2020)						●●												●●●	●●●	

Legenda: ●●● impacto direto e muito significativo | ●● impacto direto e relevante | ● impacto indireto

Alinhamento do PRR com os Seis Pilares Relevantes da política da UE

Tendo em vista alinhar a utilização dos recursos financeiros do Mecanismo de Recuperação e Resiliência com as prioridades europeias, o regulamento do Instrumento de Recuperação e Resiliência (Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro de 2021) determinou, no seu artigo 3º, que o seu âmbito tem por referência domínios de intervenção de relevância europeia, estruturados em seis pilares:

- Transição verde:
  - Desafio ancorado no Pacto Ecológico Europeu e em linha com o espírito da iniciativa legislativa da Lei Europeia do Clima, traduz-se na contribuição dos investimentos para as metas climáticas e ambientais, assegurando uma transição justa e respeitando o princípio do "*Do No Significant Harm*" em cada investimento financiado pelo PRR.

- Transformação digital:
  - Considerando a crescente centralidade das tecnologias digitais na organização social e económica, a transformação digital constitui uma oportunidade ímpar de alinhar o esforço de investimento atual com a resposta às necessidades do futuro próximo.

- Crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, incluindo a coesão económica, o emprego, a produtividade, a competitividade, a investigação, o desenvolvimento e a inovação, e um mercado interno em bom funcionamento com pequenas e médias empresas (PME) fortes;

- Coesão social e territorial:
  - O objetivo é promover um desenvolvimento ainda mais equilibrado, um modelo de desenvolvimento policêntrico, reduzindo as disparidades territoriais existentes e conferindo mais coerência, quer à política regional, quer às politicas sectoriais que têm impacto territorial.

- Saúde e resiliência económica, social e institucional, com o objetivo de, entre outros, aumentar a preparação para situações de crise e a capacidade de resposta a situações de crise:
  - Procurando estimular uma retoma consequente e duradoura face a um severo choque exógeno, a proposta nacional no domínio da resiliência foca-se na redução das vulnerabilidades sociais, no reforço do potencial produtivo nacional e na ambição de assegurar um território simultaneamente competitivo e coeso.

- Políticas para a próxima geração, crianças e jovens, incluindo educação e qualificações.

Através das suas componentes, o Plano de Recuperação e Resiliência está alinhado com os seis pilares europeus atrás referidos, de acordo com a matriz apresentada de seguida:

Figura 3. Matriz de Alinhamento do PRR com os 6 Pilares da UE

COMPONENTES	PILARES RELEVANTES DA UE					
	Transição Verde	Transformação Digital	Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo	Coesão Social e Territorial	Saúde e Resiliência Económica, Social e Institucional	Políticas para a próxima Geração, Crianças e Jovens
C1. Serviço Nacional de Saúde	✓	✓	✓	✓	✓	✓
C2. Habitação	✓		✓	✓	✓	✓
C3. Respostas Sociais	✓		✓	✓	✓	✓
C4. Cultura		✓	✓	✓		✓
C5. Capitalização e Inovação Empresarial	✓	✓	✓		✓	
C6. Qualificações e Competências	✓	✓	✓	✓	✓	✓
C7. Infraestruturas	✓		✓	✓	✓	
C8. Florestas	✓	✓		✓	✓	
C9. Gestão Hídrica	✓			✓	✓	
C10. Mar	✓	✓	✓	✓		
C11. Descarbonização da Indústria	✓		✓			
C12. Bioeconomia Sustentável	✓		✓			
C13. Eficiência Energética dos Edifícios	✓		✓	✓		
C14. Hidrogénio e Renováveis	✓		✓			
C15. Mobilidade Sustentável	✓			✓		
C16. Empresas 4.0		✓	✓			
C17. Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas		✓	✓		✓	
C18. Justiça Económica e Ambiente de Negócios		✓	✓		✓	
C19. Administração Pública: Capacit., Digit. e Interop.		✓	✓		✓	
C20. Escola Digital		✓	✓	✓		✓

Estrutura geral dos investimentos dos Açores no PRR

A nível regional, o PRR-Açores está distribuído em 10 das componentes, com iniciativas que conduzem à implementação de 11 investimentos, num total de 580 milhões de euros de subvenções: 369 milhões de euros na dimensão da Resiliência, 148 milhões de euros para a Transição climática e 63 milhões para a Transição Digital.

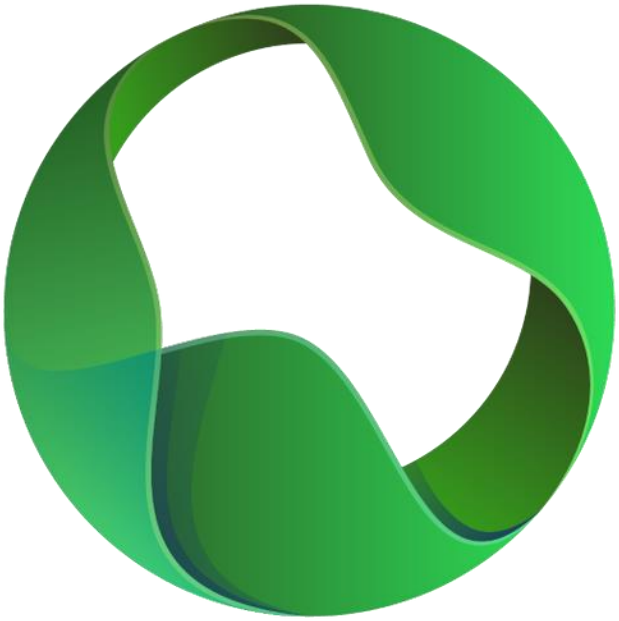
Figura 4 - As Componentes do PRR-Açores e os Investimentos Associados

Identificam-se, de seguida, os investimentos que se pretendem concretizar e os resultados de alteração estrutural que se pretendem atingir em cada uma das dimensões de intervenção.

COMPONENTE	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Valor
C1. SNS	RE-C01-i08-RAA	Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores	30 M€
C2. HABITAÇÃO	RE-C02-i04-RAA	Aumentar as condições habitacionais do parque habitacional da Região Autónoma dos Açores	60 M€
C3. RESPOSTAS SOCIAIS	RE-C03-i04-RAA	Implementar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social - Redes de Apoio Social (RAA)	35 M€
C5. CAPITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO EMPRESARIAL	RE-C05-i04-RAA	Recapitalizar Sistema Empresarial dos Açores	125 M€
	RE-C05-i05-RAA	Relançamento Económico da Agricultura Açoriana	30 M€
C6. QUALIFICAÇÕES E COMPETÊNCIAS	RE-C06-i05-RAA	Qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida na RAA	29 M€
C7. INFRAESTRUTURAS	RE-C07-i05-RAA	Circuitos Logísticos - Rede Viária Regional dos Açores	60 M€
C10. MAR	TC-C10-i04-RAA	Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores"	32 M€
C14. HIDROGÉNIO E RENOVÁVEIS	TC-C14-i03-RAA	Transição Energética nos Açores	116 M€
C19. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - DIGITALIZAÇÃO, INTEROPERABILIDADE E CIBERSEGURANÇA	TD-C19-i06-RAA	Modernização e digitalização da Administração Pública- RAA	25 M€
C20. ESCOLA DIGITAL	TD-C20-i02-RAA	Educação digital (Açores)	38 M€

Figura 5. Cronograma Financeiro dos Investimentos dos Açores no PRR

						Custo total em cada ano em M€						
ID	Componente	Reforma ou Investimento	Calendário (Inicio)	Calendário (Fim)	Custo Total	Custo 2020	Custo 2021	Custo 2022	Custo 2023	Custo 2024	Custo 2025	Custo 2026
1	C01 - Saúde	RE-C01-i08-RAA: Hospital Digital Região Autónoma dos Açores	2021T01	2025T04	30,0	0,0	4,3	11,0	10,8	3,3	0,6	0,0
2	C02 - Habitação	RE-C02-i04-RAA: Aumentar as condições habitacionais do parque habitacional da Região Autónoma dos Açores	2021T04	2025T04	60,0	0,0	5,8	7,7	16,0	19,1	11,4	0,0
3	C03 - Respostas Sociais	RE-C03-i04-RAA: Implementar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social - Redes de Apoio Social (RAA)	2021T01	2025T04	35,0	0,0	3,9	8,6	11,1	5,8	5,6	0,0
4	C05 – Investimento e Inovação	RE-C05-i04: RAA - Recapitalizar Sistema Empresarial dos Açores	2021T01	2025T04	125,0	0,0	125,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5	C05 – Investimento e Inovação	RE-C05-i05: RAA - Relançamento Económico da Agricultura Açoriana	2021T01	2025T04	30,0	0,0	0,9	6,9	10,0	5,7	6,7	0,0
6	C06 – Qualificações e Competências	RE-C06-i05-RAA: Qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida	2021T01	2026T02	29,0	0,0	3,3	8,3	8,4	4,4	4,1	0,5
7	C07 – Infraestruturas	RE-C07-i05-RAA: Circuitos logísticos - Rede Viária Regional dos Açores	2021T01	2025T04	60,0	0,0	2,3	11,1	19,6	16,5	10,5	0,0
8	C10 – Investimento e Inovação	TC-C10-i04 - Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores"	2021T02	2025T04	32,0	0,0	1,3	1,0	12,6	15,2	1,9	0,0
9	C14 – Hidrogénio e Renováveis	TC-C14-i03-RAA: Transição Energética nos Açores	2020T01	2025T04	116,0	11,4	17,4	10,5	25,2	32,1	19,4	0,0
10	C19 - Administração Pública Digital	TD-C19-i06 Modernização e Digitalização da Administração Pública Regional - RAA	2021T03	2025T04	25,0	0,0	1,0	6,0	8,0	8,0	2,0	0,0
11	C20 – Escola Digital	TD-C20-i02-RAA Educação digital (Açores)	2021T01	2025T04	38,0	0,0	4,0	7,9	7,9	11,0	7,2	0,0
					580,0	**11,4**	**169,2**	**79,0**	**129,6**	**121,1**	**69,4**	**0,5**



***A caminho da* RESILIÊNCIA**

A caminho da RESILIÊNCIA

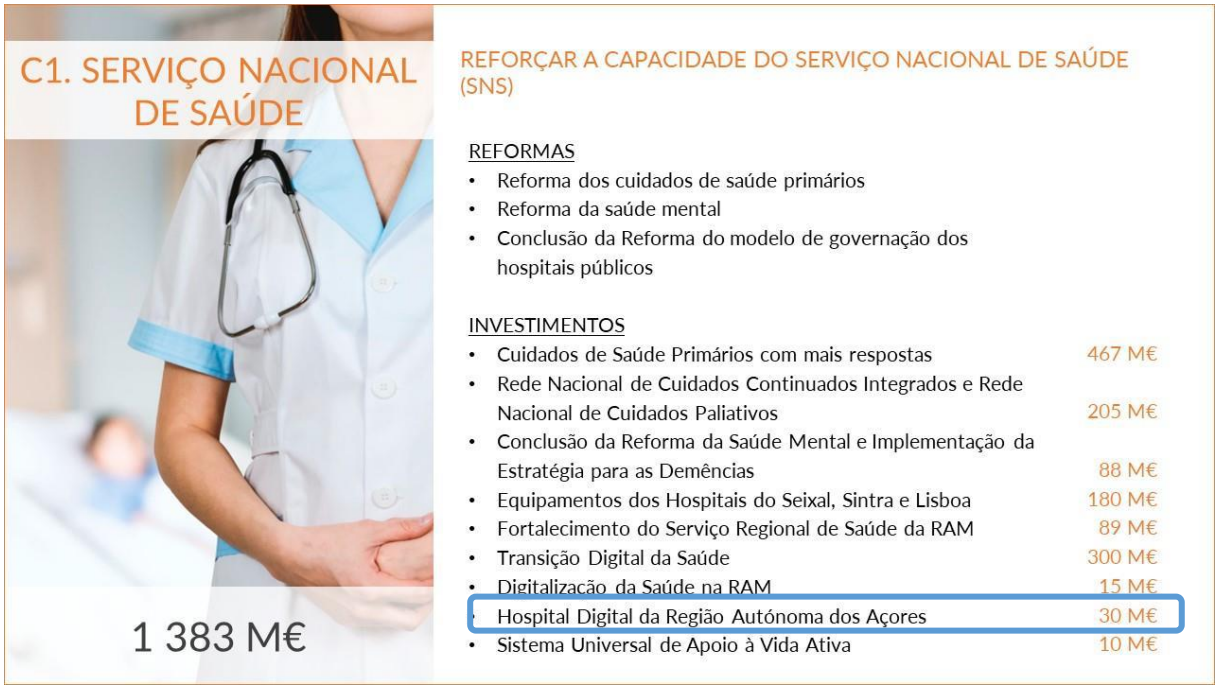
Na dimensão de Resiliência, com vista a reforçar a resiliência social, económica e territorial, os Açores integram **6** das 9 **componentes** consideradas nesta dimensão. Estas componentes incluem um conjunto robusto de intervenções em áreas estratégicas, designadamente a saúde, a habitação, as respostas sociais, o investimento empresarial inovador, as qualificações e competências e as infraestruturas. **Esta dimensão concentra 63,6%** dos investimentos da RAA previstos no PRR, no âmbito do Instrumento de Recuperação e Resiliência.

Nestas Componentes serão implementados **7 investimentos, num total de 369 M€**.

COMPONENTE	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	VALOR
C1. SNS	**RE-C01-i08-RAA**	Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores	**30 M €**
C2. HABITAÇÃO	**RE-C02-i04-RAA**	Aumentar as condições habitacionais do parque habitacional da Região Autónoma dos Açores	**60 M €**
C3. RESPOSTAS SOCIAIS	**RE-C03-i04-RAA**	Implementar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social - Redes de Apoio Social (RAA)	**35 M €**
C5. CAPITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO EMPRESARIAL	**RE-C05-i04-RAA**	Recapitalizar Sistema Empresarial dos Açores	**125 M €**
	RE-C05-i05-RAA	Relançamento Económico da Agricultura Açoriana	**30 M €**
C6. QUALIFICAÇÕES E COMPETÊNCIAS	**RE-C06-i05-RAA**	Qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida na RAA	**29 M €**
C7. INFRAESTRUTURAS	**RE-C07-i05-RAA**	Circuitos Logísticos - Rede Viária Regional dos Açores	**60 M €**

Componente 1. Serviço Nacional de Saúde

Objetivo da componente: esta componente pretende reforçar a capacidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS) para responder às mudanças demográficas e epidemiológicas do país, à inovação terapêutica e tecnológica, à tendência de custos crescentes em saúde e às expetativas de uma sociedade mais informada e exigente.



FICHA de INVESTIMENTO

RE-C01-i08-RAA - Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores (30 M€)

Entidade Responsável: Secretaria Regional da Saúde e Desporto

Descrição e objetivos:

Este investimento pretende garantir um melhor acesso ao Serviço Regional de Saúde (SRS), de todos os utentes do SRS, por via da digitalização da Saúde, reforçando as competências digitais dos profissionais de saúde, e dotando o SRS de infraestruturas tecnológicas, equipamentos, meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT), capacidade de rastreio e meios informáticos necessários à prossecução deste investimento, através das seguintes ações:

- **Melhoria da performance do serviço regional de saúde**: Acesso ao sistema de saúde de modo a disponibilizar um registo eletrónico de saúde de cada cidadão, permitindo a partilha da informação clínica entre todos os níveis de cuidados aos profissionais de saúde, com o objetivo de criar condições iguais de acessibilidade aos cuidados de saúde das ilhas mais isoladas e sem hospital, e potenciando informação não só para a cura como para a prevenção. Disponibilizar informação fiável, pública e transparente, sobre as transações ocorridas no SRS, compreendendo os indicadores de produção, financeiros, qualidade e satisfação;

- **Digitalização do Setor da Saúde**: através da inovação, substituição, intercomunicação e da interoperabilidade dos dados dos sistemas do SRS, e SNS, e dentro das Unidades de Saúde do SRS, e com unidades privadas.

Metas:

- Melhorar o acesso digital no Serviço Regional de Saúde, através da criação de:
  - portal do utente;
  - portal do Profissional de Saúde;
  - portal com a informação do SRS, com indicadores de produção, financeiros, qualidade e satisfação;
  - sistema de Informação Integrado de Gestão de Recursos Humanos dos Hospitais EPER;
  - sistema de Informação Integrado de Gestão de stocks dos Hospitais EPER;
  - alterações no sistema informação para emergência médica/evacuações do SRS.

- Incrementar a digitalização do Serviço Regional de Saúde, através de:
  - realização de, pelo menos, 1.000 consultas de telemedicina, no acesso aos cuidados primários de saúde e no recurso a especialidades médicas, no SRS;
  - integração/informatização de 3 sistemas (anatomia patológica/laboratório/áreas produtoras de imagem);
  - desmaterialização de 10 valências de MCDT´s;
  - upgrade do sistema de cuidados de saúde primários;
  - interoperabilidade e otimização de, pelo menos, 5 sistemas de informação;

- Dotar o SRS de equipamentos hospitalares e informáticos qualificados para garantir a digitalização do setor da saúde.

Cronograma Financeiro:

(em milhões de EUR)

Anos	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Investimento	0,0	4,3	11,0	10,8	3,3	0,6	0,0	30,0

Componente 2. Habitação

Objetivo da componente: ao nível da Habitação pretende-se relançar e reorientar a política de habitação em Portugal, salvaguardando habitação para todos, através do reforço do parque habitacional público e da reabilitação das habitações indignas das famílias de menores rendimentos, por forma a promover um acesso generalizado a condições de habitação adequadas.

FICHA de INVESTIMENTO

RE-C02-i04-RAA - Aumentar as condições habitacionais do parque habitacional da Região Autónoma dos Açores (60 M€)

Entidade Responsável: Vice-Presidência do Governo Regional - Direção Regional da Habitação

Descrição e objetivos:

A "Agenda para habitação nos Açores, 2020-2031" reforçou a necessidade de garantir uma oferta pública de habitação a preços acessíveis e ao nível dos rendimentos das famílias açorianas. Pretende-se reforçar a oferta a vários níveis, depois de verificado um visível agravamento na degradação dos imóveis da RAA e na redução da oferta do mercado imobiliário. Neste sentido, serão implementadas ações de construção e de reabilitação ou reconversão de situações existentes:

- 91 imóveis a construir em terrenos ou lotes da RAA;
- 4 novos loteamentos que possibilitarão a construção de 88 fogos habitacionais;
- 327 reabilitações dispersas nas várias ilhas da RAA, visando ultrapassar as deficiências ou inadequabilidade, ou mesmo a inexistência da rede de drenagem de águas, da rede de abastecimento de água, da rede viária e ao nível da iluminação pública;
- 322 imóveis a reabilitar e/ou construir em urbanizações.

De forma a cumprir com o princípio de "não prejudicar significativamente" o ambiente, é determinado que as novas habitações serão construídas com elevado padrão de eficiência energética e as reabilitações com eficiência energética melhorada.

Metas:

- Aumentar as condições habitacionais do parque habitacional público da RAA – **828 fogos construídos ou reabilitados**

Cronograma Financeiro:

(em milhões de EUR)

Anos	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Investimento	0,0	5,8	7,7	16,0	19,1	11,4	0,0	60,0

Componente 3. Respostas Sociais

Objetivo da componente: no âmbito desta componente pretende-se reforçar, adaptar, requalificar e inovar as respostas sociais dirigidas às crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou incapacidades e famílias, tendo em vista a promoção da natalidade, do envelhecimento ativo e saudável, da inclusão e promoção da autonomia e da conciliação entre atividade profissional e a vida pessoal e familiar e a coesão social e territorial. Pretende-se ainda promover uma intervenção integrada em comunidades desfavorecidas, com vista ao combate à pobreza.

FICHA de INVESTIMENTO

RE-C03-i04-RAA - Implementar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social - Redes de Apoio Social (RAA) (35 M€)

Entidade Responsável: Vice-Presidência do Governo Regional - Direção Regional da Solidariedade Social

Descrição e objetivos:

Este investimento tem como objetivo implementar prioridades enunciadas na Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028, através da concretização das seguintes medidas:

1. Promoção da frequência em creche para crianças de famílias com baixos rendimentos, através de incentivo **» abranger 7 750 crianças**;
2. Criação de Pontos de apoio ao estudo para crianças e jovens cujas famílias apresentem fracos recursos económicos **» apoiar 2 320 crianças e jovens**;
3. Garantir a igualdade de oportunidades a jovens de famílias carenciadas, na permanência do ensino superior **» apoiar 450 estudantes**;
4. Aumentar o número de vagas nas creches e rede de amas como medida de promoção e conciliação da vida familiar com a vida profissional **» abranger mais 1 041 crianças**;
5. Reforçar a capacidade técnica das famílias abrangidas pela ação social, com formação contínua, anualmente **» capacitar 13 000 famílias**;

6. Aumentar a capacidade de resposta na área da deficiência ou incapacidades **» criar 207 novas vagas**;
7. Reforço e renovação do parque automóvel das IPSS de forma a melhorar a capacidade de resposta e sustentabilidade ambiental **» adquirir 100 viaturas elétricas.**
8. Criar projeto piloto inovador - Idosos em casa "ageing in place " **» abranger 250 idosos e/ou pessoas com deficiência ou incapacidade**

De forma a cumprir com o princípio de "não prejudicar significativamente" o ambiente, é determinado que os novos edifícios serão construídos com elevado padrão de eficiência energética e as reabilitações com eficiência energética melhorada.

Metas:

- (referidas acima)

Cronograma Financeiro:

(em milhões de EUR)

Anos	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Investimento	0,0	3,9	8,6	11,1	5,8	5,6	0,0	35,0

Componente 5. Capitalização e Inovação Empresarial

Objetivo da componente: aumentar a competitividade e a resiliência da economia com base em I&D, inovação, diversificação e especialização da estrutura produtiva. Capitalizar empresas economicamente viáveis anteriormente à eclosão da recessão económica, originada pela pandemia e incentivar o investimento produtivo em áreas de interesse estratégico nacional e europeu.

FICHA de INVESTIMENTO

RE-C05-i04-RAA - Recapitalizar Sistema Empresarial dos Açores (125 M€)

Entidade Responsável: Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Descrição e objetivos:

Pretende-se que este investimento se concentre no financiamento de empresas e/ou investimentos viáveis, e que seja operacionalizado através dos instrumentos colocados à disposição pelo Banco Português de Fomento, aproveitando o *know-how* da instituição e as economias de escala decorrentes da implementação de medidas ao nível do país, sem a desnecessária duplicação que decorreria do estabelecimento de entidades regionais para a sua operacionalização.

Para a gestão deste investimento deverá ser criado um veículo semelhante ao previsto na medida nacional, embora exclusivamente dedicado às empresas a atuar na RAA, por forma a ter em conta as especificidades do tecido empresarial regional.

Tendo em conta um quadro objetivo de recapitalização e acesso a financiamento por parte das empresas regionais, este investimento prevê uma componente para a criação de instrumentos financeiros de capitalização e acesso a financiamento para empresas não-financeiras, com especial ênfase nos setores mais afetados pela pandemia Covid-19 com vista ao reforço da sua solvência e recuperação no período pós-Covid, a par do estabelecimento de garantias públicas eventualmente através do reforço da participação no capital do Banco Português de Fomento. Este investimento deverá ter um forte efeito multiplicador no montante de capitais disponibilizados a par da diversificação dos instrumentos disponíveis, corrigindo as falhas de mercado existentes e mitigando

um círculo vicioso de falta de investimento em projetos e empresas com interesse estratégico regional, nacional e europeu.

Metas:

- Atingir entre 300 a 600 empresas beneficiárias.

Cronograma Financeiro:

(em milhões de EUR)

Anos	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Investimento	0,0	125,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	125,0

RE-C05-i05-RAA - Relançamento Económico da Agricultura Açoriana (30 M€)

Entidade Responsável: Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

Descrição e objetivos:

O investimento tem por base planos de ação específicos para a inovação, previstos nos Planos Estratégicos sectoriais adotados e em desenvolvimento, relativos à fileira do leite, à fileira da carne e às fileiras das produções diversificadas (horticultura, fruticultura, floricultura, vinha e apicultura) e que preveem as seguintes ações:

1. Apoios diretos à recuperação e resiliência das empresas (apoios à execução de projetos de investimento, sob a forma de subvenções não reembolsáveis):

   1.1 Regimes de apoio à inovação de produtos e processos de produção e organização, à transição verde e à transição digital, destinados à reestruturação de empresas regionais do setor da transformação e comercialização de produtos agrícolas. Pretende-se apoiar a realização de investimentos em bens corpóreos ou incorpóreos que visem um ou mais dos seguintes objetivos estratégicos:

   - Valorização e diversificação da produção agroalimentar, com elevados padrões de qualidade e sustentabilidade;
   - Transição verde do setor agroalimentar, através da prossecução de um ou mais dos 6 objetivos ambientais abrangidos pelo Regulamento Taxonomia;
   - Transformação digital do setor agroalimentar, incidindo, nomeadamente, sobre a digitalização da gestão técnico-económica das empresas e o comércio eletrónico.

   Os investimentos a apoiar deverão poder ser referenciados no âmbito do "Programa de Promoção da Literacia da população em Produção e Consumo Sustentáveis".

   1.2 Regimes de apoio à inovação de produtos e processos de produção e organização, à transição verde e à transição digital, destinados à reestruturação das explorações agrícolas. Pretende-se apoiar a realização de investimentos em bens corpóreos ou incorpóreos que visem um ou mais dos seguintes objetivos estratégicos:

   - Valorização e diversificação da produção agrícola, com elevados padrões de qualidade e sustentabilidade;
   - Transição verde do setor agrícola, através da prossecução de um ou mais dos 6 objetivos ambientais abrangidos pelo Regulamento Taxonomia, destacando-se a transição para a economia agrícola circular, a agricultura biológica e a agricultura de precisão;
   - Transformação digital do setor agrícola, incidindo, nomeadamente, sobre a digitalização da gestão técnico-económica das explorações e o comércio eletrónico.

   Os investimentos a apoiar deverão poder ser referenciados no âmbito do "Programa de Promoção da Literacia da população em Produção e Consumo Sustentáveis".

   O "Programa de Inovação e Digitalização da Agricultura dos Açores" e o "Programa de Capacitação dos Agricultores" apoiarão as explorações abrangidas pelo regime.

   As duas tipologias de regimes serão complementares dos regimes de apoio atualmente em vigor no âmbito do PRORURAL, sendo que os regimes de apoio a financiar pelo PRR serão especialmente dirigidos para projetos de investimento que visem diretamente a inovação, a transição verde e/ou a transição digital das empresas beneficiárias, com taxas médias de apoio que poderão ser mais favoráveis (obedecendo aos limites previstos nas regras aplicáveis para os auxílios de Estado).

2. Investimento público no âmbito da I&DI e da dupla transição verde e digital:

2.1 Elaboração e execução de um Programa de Inovação e Digitalização da Agricultura dos Açores que inclua um plano de desenvolvimento de uma rede de monitorização e avisos agrícolas ao nível de ilha, bem como um plano de transição para a realidade digital e agricultura de precisão.
Salienta-se que um "Serviço de Avisos Agrícolas" tem como principal objetivo fornecer informações aos agricultores, por previsão e por observações periódicas, sobre a melhor oportunidade de tratamentos fitossanitários, indicando os produtos fitofarmacêuticos adequados a cada situação, o que conduz, em regra, a uma diminuição do número de tratamentos.

A Região Autónoma dos Açores caracteriza-se por dispersão arquipelágica, grande fragmentação de propriedade e fraco desenvolvimento tecnológico ao nível de parte significativa das explorações agrícolas, que tornam o investimento em recursos próprios para previsão e controlo de pragas e doenças economicamente inviáveis para grande parte das unidades produtivas.

A existência de um "Serviço de Avisos Agrícolas" que cubra o maior número de ilhas e situações edafo-climáticas é, assim, um elemento estruturante para garantir o uso sustentável dos produtos fitofarmacêuticos e para a proteção do ambiente, do homem e dos organismos não visados pela proteção fitossanitária.

A informação proveniente do "Serviço de Avisos Agrícolas" permitirá proporcionar aos agricultores não só a informação que lhes assegura a melhor oportunidade de tratamento, mas, também, orientar os agricultores no sentido de praticarem formas de proteção mais racionais, de acordo com os princípios de proteção e produção integradas, evoluir para uma agricultura de precisão que permita avaliar em tempo real as necessidades das culturas, reduzindo custos de exploração, aumentando a produtividade e salvaguardando o ambiente através da diminuição dos efeitos poluentes da agricultura.

2.2 Elaboração e execução de um Programa de Capacitação dos Agricultores e de Promoção da Literacia da população em Produção e Consumo Sustentáveis, no âmbito da transição verde, da transição digital e do bem-estar animal, incluindo certificações.

O Programa de Capacitação dos Agricultores incidirá sobre a gestão eficiente e sustentável das explorações, prevendo a realização de projetos de demonstração e incluindo, entre outros, o aconselhamento sobre melhores práticas de gestão ambiental, indicadores de desempenho ambiental setorial e indicadores de excelência para o setor da agricultura.

3. Investimento público na reestruturação da Rede Regional de Abate e da Rede de certificação da qualidade do leite e da segurança alimentar, respondendo à evolução e crescentes exigências dos mercados, e incorporando investimentos na inovação de processos de produção e organização, na transição verde, na transição digital e no bem-estar animal:

- construção da nova estrutura de abate da ilha de São Jorge;
- requalificação da estrutura de abate da ilha do Pico;
- construção do novo edifício do "Serviço Regional de Classificação do Leite" da ilha de São Miguel.

Metas:

- 9 projetos apoiados no âmbito dos regimes de apoio à reestruturação de empresas do setor da transformação e comercialização;
- 200 projetos apoiados no âmbito dos regimes de apoio à reestruturação das explorações agrícolas;
- 5 ilhas com sistema de avisos agrícolas;

- 2000 explorações beneficiárias de apoio técnico especializado ao abrigo do programa de Capacitação dos Agricultores;
- 100 iniciativas de promoção da literacia da população em produção e consumo sustentáveis;
- 2 estruturas de abate e 1 de certificação da qualidade do leite e da segurança alimentar, novas ou requalificadas.

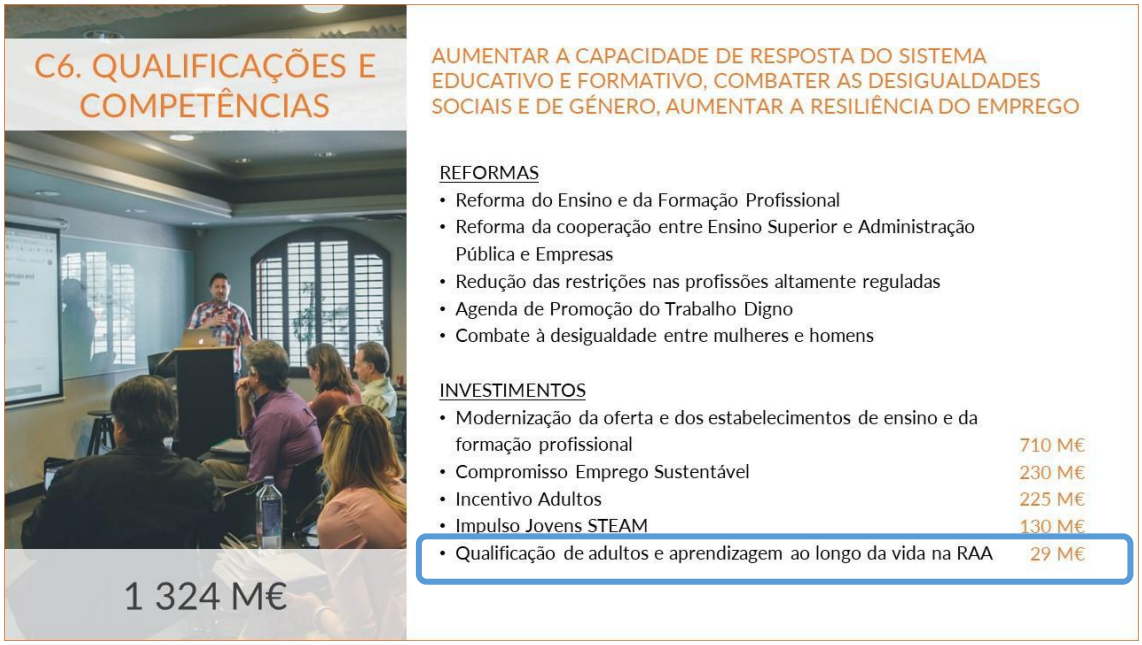
Cronograma Financeiro:

(em milhões de EUR)

Anos	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Investimento	0,0	0,9	6,9	10,0	5,7	6,7	0,0	30,00

Componente 6. Qualificação e Competências

Objetivo da componente: aumentar a capacidade de resposta do sistema educativo e formativo, para combater as desigualdades sociais e de género e aumentar a resiliência do emprego (em situações de crise económica como a provocada pela pandemia), sobretudo dos jovens e dos adultos com baixas qualificações, bem como uma participação equilibrada entre mulheres e homens no mercado de trabalho.



FICHA de INVESTIMENTO

RE-C06-i05-RAA - Qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida na RAA (29 M€)

Entidade Responsável: Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego - Direção Regional de Qualificação Profissional e Emprego

Descrição e objetivos:

A formação prevista neste investimento centra-se fundamentalmente na necessidade de dotar e/ou reforçar as competências dos adultos em áreas transversais, como línguas, tecnologias de informação e planeamento de carreira e, tratando-se de população empregada, formação à medida da necessidade das empresas.

Acresce a aposta significativa no ensino pós-secundário e superior, cuja formação não é financiada pelo Fundo Social Europeu.

Estas medidas visam essencialmente um público alvo distinto daquele que se pretende financiar no âmbito do FSE e no mesmo período, e que, na sua maioria, não detém competências profissionais por via da formação. Trata-se, por conseguinte, de uma estratégia complementar ao que se espera vir a ser o programa financiado pelo FSE, dotando os participantes com ferramentas muito específicas que permitam uma melhor integração e produtividade numa economia cada vez mais global, competitiva e tecnologicamente avançada, com vista à convergência necessária aos indicadores nacionais e europeus, que se consubstanciam em:

- Qualificar a população ativa, desenvolvendo competências básicas ou específicas, que promovam a sua inserção no mercado de trabalho e o aumento da qualidade e da produtividade, aumentando o número de adultos qualificados com o ensino pós-secundário e superior;
- Proporcionar uma oferta de percursos de qualificação que atendam às transformações tecnológicas, organizacionais, económicas e legais;
- Desenvolver percursos formativos de curta duração voltados para a capacitação nas áreas das competências digitais e línguas estrangeiras;
- Criação um serviço de orientação dedicado exclusivamente à qualificação da população adulta;
- Apoio à modernização das escolas profissionais com intervenção na Formação e Reconversão Profissional de Adultos dos Açores.

Estes objetivos serão concretizados através das seguintes medidas:

- <u>Medida 1 - Requalificação profissional o Ensino Superior - Pós-graduações com empregadores, instituições científicas e centros de inovação:</u>
    - Esta Medida tem por objetivo aumentar o número de adultos qualificados com o ensino pós-secundário e superior, através do apoio à sua inserção, incluindo desempregados e pessoas em lay-off, em pós-graduações no ensino superior, sobretudo de curta duração, a iniciar com ações presenciais em setembro de 2021, em regime pós-laboral e em articulação com empregadores e unidades de I&D, instituições científicas e centros de inovação. Estima-se que em cada ano letivo 100 novos participantes iniciem o percurso formativo, à exceção do ano 2024 em que número será de 200 participantes.
- <u>Medida 2 - Requalificação profissional o Ensino Superior - Estímulo à inserção de adultos ativos no ensino superior (maiores de 23 anos):</u>
    - Visa aumentar o número de adultos qualificados com o ensino pós-secundário e superior, apoiando a inserção de adultos (maiores de 23 anos), incluindo desempregados e pessoas em lay-off, em licenciaturas no ensino superior, sobretudo em regime pós-laboral, a iniciar em setembro de 2021. Estima-se que em cada ano letivo 100 novos participantes iniciem o percurso formativo.
- <u>Medida 3 - Cursos pós-Secundários de curta duração:</u>
    - Pretende-se aumentar o número de adultos qualificados com o ensino pós-secundário e superior, com recurso ao estabelecimento de parceria com a Universidade dos Açores para lecionação de cursos pós-Secundários de curta duração, em áreas estratégicas para a Região, nomeadamente:
        - O desenvolvimento de competências digitais avançadas e de tecnologia dirigidas aos setores do Turismo, Comércio, Agricultura, Saúde e Apoio Social;
        - As energias renováveis, suas aplicações diretas no mundo e nos Açores e o seu impacto nas alterações climáticas;
        - As economias circular, verde e azul e a forma de estimular e implementar estes modelos nos Açores e em cada ilha.
    - Estima-se que em cada ano 150 novos participantes iniciem o percurso formativo.
- <u>Medida 4 - Qualifica in (Formação setorial à medida):</u>
    - Esta medida visa qualificar a população ativa, desenvolvendo competências básicas ou específicas, que promovam a sua inserção no mercado de trabalho e o aumento da qualidade e da produtividade, bem como proporcionar uma oferta de percursos de

qualificação que atendam às transformações tecnológicas, organizacionais, económicas e legais, consubstanciado num programa de formação/qualificação intensivo, a realizar em parceria com as escolas profissionais da Região, para criação de cursos de formação feita "à medida" das especificidades inerentes a cada setor de atividade económica, de forma a qualificar os seus recursos humanos e melhor prepará-los para a retoma económica de determinados setores (Turismo e.g.) ou emergência de novos setores (Digital; Programação; Novas Tecnologias). Estão previstas 60 ações de formação, de 600 horas cada, compostas por 15 adultos por grupo.

- Medida 5 - Formação em competências para a empregabilidade:
    - O objetivo desta medida é qualificar desempregados, até o 1.º semestre de 2026, desenvolvendo competências básicas ou específicas, que promovam a sua inserção no mercado de trabalho e o aumento da qualidade e da produtividade, através de ações de formação de curta duração, estruturadas em UFCD's do Catálogo Nacional de Qualificações. Estão previstas 200 ações de formação, de 150 horas cada, compostas por 15 adultos por grupo, que visam abranger cerca de 100% dos desempregados de longa duração, inscritos nas Agências para a Qualificação e Emprego da RAA.
- Medida 6 - Formação em línguas estrangeiras (Inglês e Alemão):
    - Esta medida visa desenvolver percursos formativos de curta duração voltados para competências nas áreas das línguas estrangeiras, nomeadamente ações de curta duração, estruturadas em UFCD's do Catálogo Nacional de Qualificações, dirigidas a adultos empregados e desempregados. Estão previstas 60 ações de formação, de 200 horas cada, compostas por 18 adultos por grupo.
- Medida 7 - Formação em Competências Digitais:
    - Pretende-se desenvolver percursos formativos de curta duração voltados para competências na área da informática, por meio de um programa de qualificação digital para adultos, dotando-os de competências básicas designadamente ao nível de literacia da informação, comunicação e cidadania e segurança e privacidade, para promoção de uma mais eficaz utilização dos serviços públicos e privados online, bem como de instrumentos de cidadania participativa. Estão previstas 226 ações de formação, de 150 horas cada, compostas por 15 adultos por grupo.
- Medida 8 - Orientação ao Longo da Vida:
    - Atividades de orientação que preparem os cidadãos de diferentes idades e em diversas situações para serem capazes de enfrentar os desafios do mercado de trabalho, antecipando e gerindo as diversas transições que vão realizar ao longo da vida. Incluem balanço de competências, orientação vocacional/profissional e de orientação/gestão da carreira dos cidadãos, capacitando-os para a construção de projetos de vida, facilitando várias transições: entre escola e mercado de trabalho, o retorno ao sistema de ensino ou de formação, a transição entre emprego e desemprego, entre diferentes empregos e entre empregos. Está previsto o acompanhamento a 2.250 participantes.
- Medida 9 - Apoio às escolas profissionais com intervenção na Formação e Reconversão Profissional de Adultos dos Açores:
    - Renovação e apetrechamento da Escola Profissional de Capelas;
    - Modernização de 16 escolas profissionais da RAA, com vista à renovação/atualização das suas oficinas, laboratórios e salas de formação em TIC, permitindo-lhes uma melhor resposta às questões relacionadas com as competências digitais e formação a distância;

Quando a modernização das infraestruturas envolver a reabilitação do edificado, importa assinalar que a mesmas incorporarão preocupações associadas à dimensão ambiental. Deste modo, a promoção da reabilitação do edificado constituirá uma renovação de nível médio, de acordo com previsto na Recomendação (UE) 2019/786 da Comissão sobre a renovação dos edifícios, assegurando elevados padrões de eficiência energética.

Metas:

- Número de adultos matriculados no ensino pós-secundário e superior entre [1040-1145]
- 17 escolas profissionais modernizadas

Cronograma Financeiro:

(em milhões de EUR)

Anos	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Investimento	0,0	3,3	8,3	8,4	4,4	4,1	0,5	29,0

Componente 7. Infraestruturas

Objetivo da componente: reforçar a resiliência e a coesão territorial, através do aumento da competitividade do tecido produtivo e permitindo uma redução de custos de contexto.

FICHA de INVESTIMENTO

RE-C07-i05-RAA - Circuitos logísticos - Rede Viária Regional dos Açores (60 M€)

Entidade Responsável: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações - Direção Regional das Obras Públicas e Transportes Terrestres

Descrição e objetivos:

A melhoria das acessibilidades aos centros populacionais e aos núcleos de atividade económica e às principais infraestruturas de entrada em cada ilha, os aeródromos/aeroportos e os portos marítimos, será promovida com os investimentos em projetos de expansão e requalificação da rede viária regional, os quais visam criar condições para favorecer um desenvolvimento mais equilibrado, dinamizando o tecido económico fora dos grandes centros urbanos. Neste âmbito, pretende-se uma melhoria significativa dos níveis de serviço de alguns troços de estradas, a par da redução de tempos de percurso e distâncias a percorrer.

Prevê-se também a construção de circulares aos principais centros urbanos, com redução dos atravessamentos urbanos e situações de congestionamento, reduzindo distâncias e tempos de percurso, o que promove a mobilidade, a segurança rodoviária, a redução do ruído nas localidades atravessadas e redução de emissão de gases poluentes, promovendo ainda a melhoria da qualidade de vida das populações.

Os investimentos previstos visam as seguintes intervenções:

- **Santa Maria** - Variante à Vila do Porto;
- **S. Miguel** - Melhoria da acessibilidade Furnas / Povoação – 1º Lanço - Variante Furnas;
- **S. Miguel** - Variante Capelas;
- **S. Miguel** - Variante de São Roque;
- **S. Miguel** - Variante Portal do Vento;
- **Terceira** - Promoção das condições de acessibilidade, mobilidade e segurança rodoviária - Ligação entre Via Vitorino Nemésio e Circular de Angra;
- **Graciosa** - Ligação entre a E.R. 3-2ª e a E.R. 4-2ª;
- **S. Jorge** - Promoção das condições de acessibilidade, mobilidade e segurança rodoviária - Ligação entre o norte e sul da ilha (transversal);
- **Pico** - Construção da Circular à Vila da Madalena;
- **Faial** - Construção da 2.ª fase da Variante à Cidade da Horta;

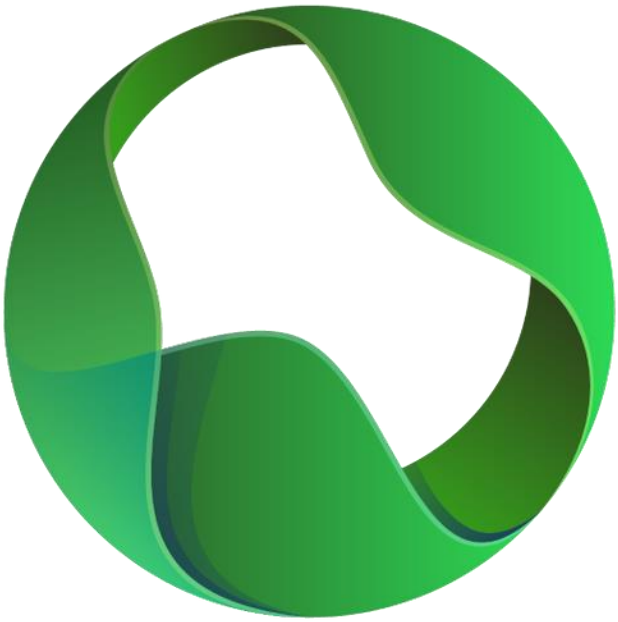
Metas:

- Vias rodoviárias construídas ou reabilitadas, assegurando o princípio do DNSH de acordo com a Orientação Técnica da COM (2021/C58/01): **34,38 km de vias intervencionadas**.

Cronograma Financeiro:

(em milhões de EUR)

Anos	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Investimento	0,0	2,3	11,1	19,6	16,5	10,5	0,0	60,0



A caminho da TRANSIÇÃO CLIMÁTICA

A caminho da TRANSIÇÃO CLIMÁTICA

Na dimensão de Transição Climática os investimentos da RAA incidiram em **2** das 6 **Componentes** com intervenção em áreas estratégicas, como sejam o mar e as energias renováveis.

Esta **dimensão concentra 25,5%** do montante de investimentos da RAA previstos no PRR.

Nestas Componentes serão implementados **2 investimentos** da RAA**, num total de 148 M €.**

COMPONENTE	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	VALOR
C10. MAR	**TC-C10-i04-RAA**	Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores"	**32 M €**
C14. HIDROGÉNIO E RENOVÁVEIS	**TC-C14-i03-RAA**	Transição Energética nos Açores	**116 M €**

Componente 10. Mar

Objetivo da componente: esta componente visa desenvolver uma resposta estrutural, duradoura e impactante preparando o caminho para a construção de uma economia do mar mais competitiva, mais coesa e mais inclusiva, mas também mais descarbonizada e sustentável, com maior capacidade de aproveitamento das oportunidades decorrentes das transições climática e digital. Alinhada com estes princípios, a componente Mar irá contribuir para as opções nacionais relacionadas com o reforço do potencial produtivo nacional, procurando garantir condições de sustentabilidade e competitividade do tecido empresarial ligado ao mar, assim como assumir a ambição de combater algumas das bolsas de pobreza localizadas em comunidades costeiras, e assegurar um território simultaneamente competitivo e coeso num contexto de adaptação às transições climática e digital. Ao nível da preservação do valor dos serviços ecossistémicos oceânicos, esta componente irá contribuir de forma inequívoca para a "Saúde dos Oceanos". Complementarmente, a mesma contribuirá para o reforço da capacidade operacional, formativa e científica do país.

FICHA de INVESTIMENTO

TC-C10-i04-RAA - Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores" (32 M€)

Entidade Responsável: Secretaria Regional do Mar e das Pescas - Direção Regional dos Assuntos do Mar

Descrição e objetivos:

O investimento previsto pretende dar resposta às necessidades de infraestruturas físicas no âmbito da investigação das ciências do mar e sua articulação com o setor económico.

Foi identificado como investimento fundamental a criação de um centro experimental de investigação e desenvolvimento ligado ao Mar (Tecnopolo MARTEC), partilhável com as

instituições do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores e as empresas, indutor de I&D em áreas tradicionais e emergentes, como as áreas das pescas e produtos derivados, da aquicultura, da biotecnologia marinha, dos biomateriais e recursos minerais, ou das tecnologias e engenharias marinhas.

A substituição do navio Arquipélago irá permitir criar uma plataforma moderna com altos padrões tecnológicos em termos de capacidades e de equipamentos e com elevado desempenho energético, com capacidade de resposta às necessidades atuais nas áreas da investigação e monitorização marinha, capacidade de operar a grandes profundidades, com equipamentos modernos de investigação e de comunicação de dados, posicionamento dinâmico e capacidade para manobrar veículos de controlo remoto, redes pelágicas, dragas e box-cores.

Metas:

- Construir o Tecnopolo MARTEC;
- Construir o novo Navio de Investigação.

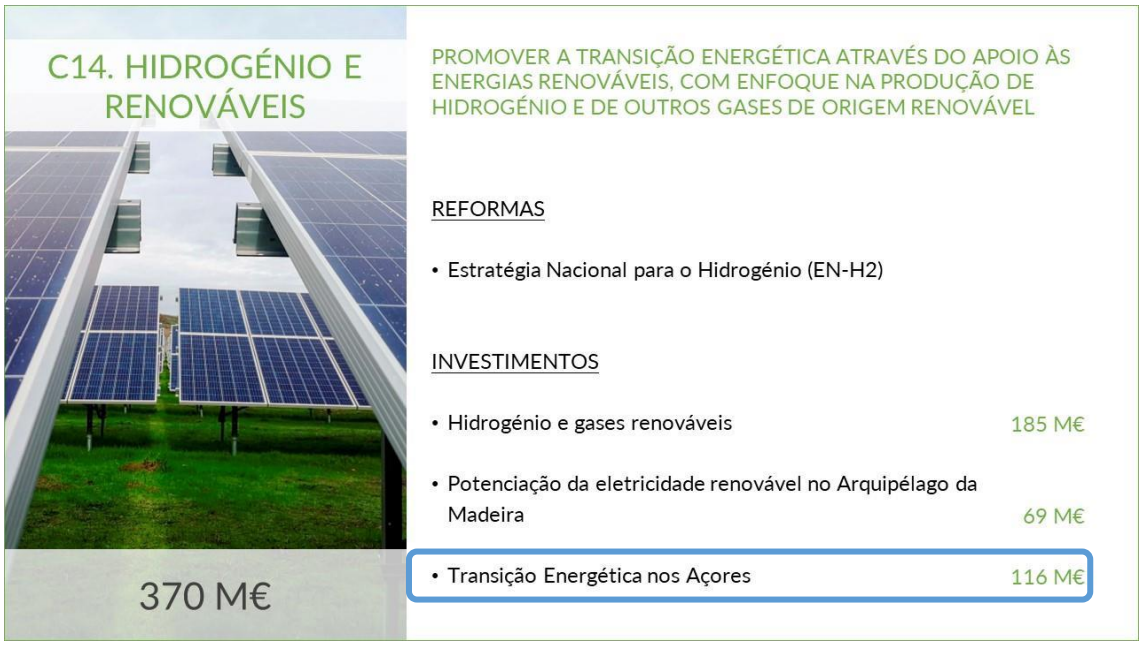
Cronograma Financeiro:

(em milhões de EUR)

Anos	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Investimento	0,0	1,3	1,0	12,6	15,2	1,9	0,0	32,0

Componente 14. Hidrogénio e Renováveis

Objetivo da componente: Promover a transição energética por via do apoio às energias renováveis, com grande enfoque na produção de hidrogénio e de outros gases de origem renovável e, no contexto das Regiões Autónomas, de energias de fonte renovável. Em consequência, fomentar o crescimento económico e o emprego por via do desenvolvimento de novas indústrias e serviços associados, bem como a investigação e o desenvolvimento, acelerando o progresso tecnológico e o surgimento de novas soluções tecnológicas, com elevadas sinergias com o tecido empresarial e reduzir a dependência energética nacional, quer pela produção de energia a partir de fontes endógenas, quer pela utilização direta de hidrogénio, quer pela utilização indireta (ex.: amónia verde), e dessa forma contribuir significativamente para a melhoria da balança comercial e o reforço da resiliência da economia nacional.



FICHA de INVESTIMENTO

TC-C14-i03-RAA - Transição Energética nos Açores (116 M€)

Entidade Responsável: Secretaria Regional dos Transportes, Turismo e Energia - Direção Regional da Energia / EDA Renováveis SA / EDA, SA

Descrição e objetivos:

Os investimentos previstos visam aumentar a participação dos recursos energéticos renováveis na produção de eletricidade, reduzir as emissões de GEE, reduzir a dependência energética e melhorar a segurança do aprovisionamento de energia, através de:

i. Aumento da capacidade de produção renovável instalada:

- Instalação de grupo gerador 5 MW na Central Geotérmica da Ribeira Grande;
- Expansão da Central Geotérmica do Pico Vermelho CGPV (5 MW);
- Expansão da Central Geotérmica do Pico Alto CGPA (7 MW);
- Corvo Renovável - Incremento da potência instalada em renováveis – parque eólico e fotovoltaico

ii. Integração de sistemas de armazenamento de energia (baterias) e de prestação de serviços de sistema à rede, para introduzir uma maior flexibilidade à gestão da energia e permitir garantir segurança e qualidade de abastecimento, nas ilhas Santa Maria, São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo.

iii. Sistema de incentivos com o objetivo de aumentar a capacidade instalada através da produção descentralizada mediante equipamentos que recorrem à produção de energia a partir de recursos renováveis, e armazenamento distribuído, permitindo ao utilizador armazenar a energia limpa que produziu para a poder utilizar quando necessário (em períodos em que a produção renovável não se verifique)

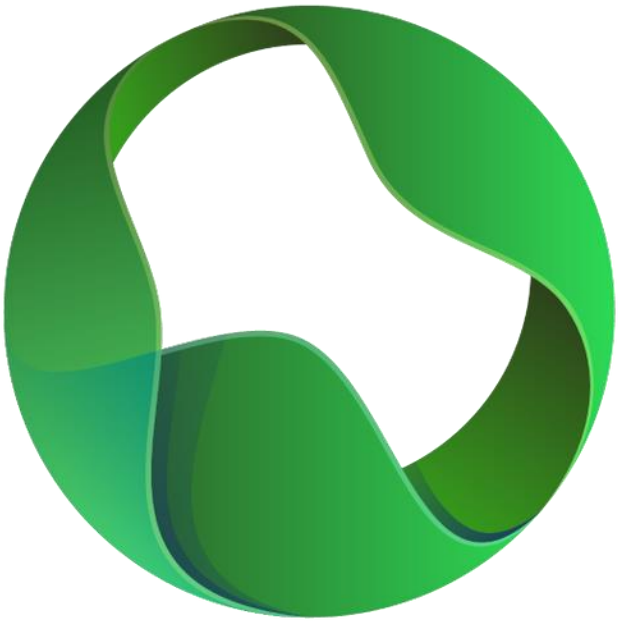
Metas:

- Incrementar e revitalizar a potência instalada geotérmica para produção de eletricidade **– 17 MWh**
- Incrementar a potência instalada em renováveis para produção elétrica ilha Corvo **– 850 kW**
- Instalar sistemas de armazenamento de energia elétrica e de gestão de energia - **]20-30[MWh**
- Aumentar a capacidade instalada, por via da aposta na eletrificação, produção descentralizada e armazenamento distribuído - **12,6 MW**

Cronograma Financeiro:

(em milhões de EUR)

Anos	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Investimento	11,4	17,4	10,5	25,2	32,1	19,4	0,0	116,0



A caminho da TRANSIÇÃO DIGITAL

A caminho da TRANSIÇÃO DIGITAL

Na dimensão de **Transição Digital** foram consideradas **2 das 5 Componentes,** pretendendo responder à necessidade de dispor de estruturas digitais eficazes para assegurar a desmaterialização de aprendizagens, transações e processos e possibilitar o trabalho remoto assegurando, de forma inclusiva e com ganhos estruturais e de eficiência relevantes, a transformação que já estava em curso neste domínio. A aposta, focada na escola, nas empresas e na administração pública, pretende contribuir decisivamente para um país mais competitivo e com menos custos de contexto, estando em linha com as orientações da Comissão na Comunicação sobre a Construção do Futuro Digital da Europa e do Pacto Ecológico Europeu.

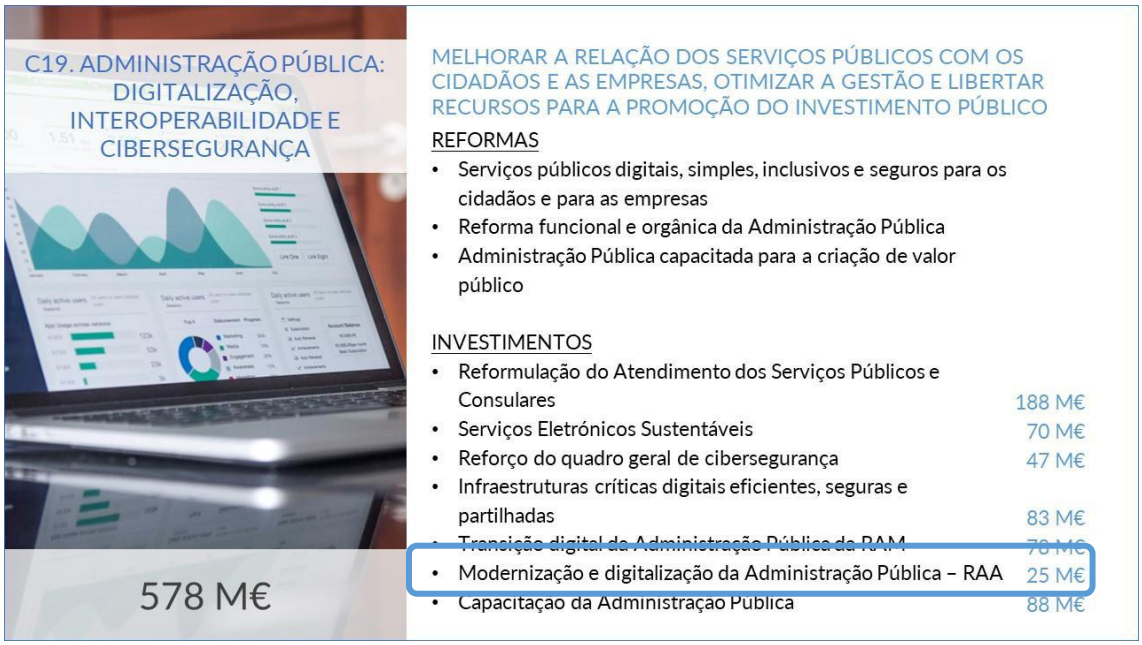
Esta **dimensão concentra 10,9% do montante** de investimentos da RAA previstos no âmbito do PRR.

Nestas Componentes serão implementados **2 investimentos**, **num total de 63 M€.**

COMPONENTE	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	VALOR
C19. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - DIGITALIZAÇÃO, INTEROPERABILIDADE E CIBERSEGURANÇA	TD-C19-i06-RAA	Modernização e digitalização da Administração Pública- RAA	**25 M €**
C20. ESCOLA DIGITAL	TD-C20-i02-RAA	Educação digital (Açores)	**38 M €**

Componente 19. Administração Pública – Digitalização, Interoperabilidade e Cibersegurança

Objetivo da componente: Providenciar um melhor serviço público, utilizando a tecnologia e reforçando a proximidade para um acesso mais simples, seguro, efetivo e eficiente de cidadãos e empresas, reduzindo custos de contexto, bem como promover a eficiência, a modernização, a inovação e a capacitação da Administração Pública, reforçando o contributo do Estado e da administração pública para o crescimento e desenvolvimento económico e social.



FICHA de INVESTIMENTO

TD-C19-i06-RAA - Modernização e Digitalização da Administração Pública Regional (Açores) (25 M€)

Entidade Responsável: Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Descrição e objetivos:

A modernização e digitalização da Administração Pública Regional dos Açores (APR) visa concorrer para o reforço da eficácia e a eficiência e da necessária valorização do serviço público prestado nos Açores, centrando a atuação da Administração Pública nas atuais necessidades e expetativas dos cidadãos e das empresas, bem como dotando-a com a necessária capacitação, ao nível dos recursos humanos, gestionários e tecnológicos, para enfrentar os desafios futuros.

Nesse sentido, pretende-se uns Açores com uma administração pública mais apta para o futuro, mais proativa, inclusiva e aberta, disponibilizando serviços públicos mais ágeis, promovendo a colaboração e a cocriação com os cidadãos, a academia e as empresas açorianas, e reforçando o investimento na qualificação, na inovação, na experimentação e nas novas e emergentes tecnologias digitais, para melhor alicerçar a resiliência da sociedade e economia da Região, através das seguintes linhas de ação:

- Programa de investimento "APR + Acessível, Inclusiva e Aberta";
- Programa de investimento “APR + Serviços mais ágeis”;
- Programa de investimento "APR + Proativa";
- Infraestrutura digital na Administração Pública Regional - Mobile.GOV / Azores_Ciber360º;
- Programa de investimento "APR + Apta para o Futuro".

Metas:

- Disponibilização de, pelo menos, 20 serviços mais acessíveis e inclusivos prestados pela Administração Pública Regional aos cidadãos e empresários, por via do redesenho do atendimento ao público e na criação do Catálogo Eletrónico de Entidades e Serviços da Administração Pública Regional.
- Disponibilização de, pelo menos, 10 serviços geridos por entidades da Administração Pública Regional integrados na plataforma de interoperabilidade da Região Autónoma dos Açores, baseados em Free / Libre and Open Source Software;
- Disponibilização de, pelo menos, 15 serviços transacionais e *online*, geridos por entidades da Administração Pública Regional dos Açores, em sistema de simulação com o apoio de tecnologias emergentes e disruptivas integrado no Novo Portal dos Serviços da APR;
- Assegurar a mobilidade do posto de trabalho para 10.000 utilizadores da administração pública regional, por via da criação do MOBILE.GOV;
- Pretende-se assegurar a segurança informática de aplicações, informação e redes de 10.000 postos de trabalho da Administração Pública Regional, por via da implementação do projeto Azores_Ciber360º;
- Capacitação de, pelo menos, 250 trabalhadores da Administração Pública Regional com competências profissionais em áreas-chave (gestão/liderança, planeamento, competências digitais, trabalho colaborativo, entre outros), por via da implantação do projeto APR+Qualificada;
- (Re)desenho de, pelo menos, 4 serviços públicos, de caráter inovador, assentes em metodologias de desenho de serviços públicos e em tecnologias digitais e/ou desenvolvidos em cocriação com partes interessadas (academia, cidadãos e empresas, e.g.), em contexto de Laboratório de Experimentação da Administração Pública Regional dos Açores.

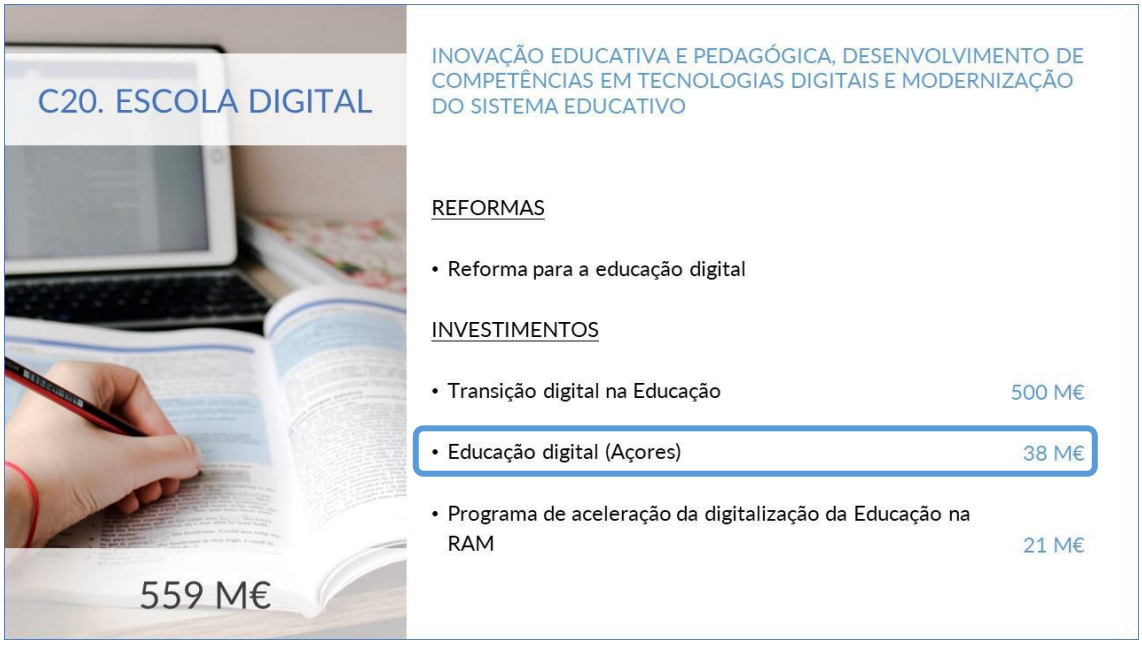
Cronograma Financeiro:

(em milhões de EUR)

Anos	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Investimento	0,0	1,0	6,0	8,0	8,0	2,0	0,0	25,0

Componente 20. Escola Digital

Objetivo da componente: O principal objetivo desta componente é criar condições para a inovação educativa e pedagógica através do desenvolvimento de competências em tecnologias digitais, da sua integração transversal nas diferentes áreas curriculares e da modernização do sistema educativo português.



FICHA de INVESTIMENTO

TD-C20-i02-RAA - Educação digital (Açores) (38 M€)

Entidade Responsável: Secretaria Regional da Educação - Direção Regional da Administração Educativa

Descrição e objetivos:

Este investimento tem como objetivos garantir o acesso à "sociedade de informação", promover a igualdade de oportunidades e induzir a melhorias significativas nos meios de aprendizagem, em consonância com o Plano de Ação para a Educação Digital da União Europeia, fomentando o desenvolvimento de competências digitais da comunidade educativa, no geral, e das novas gerações, em particular.

Neste contexto, pretende-se a modernização dos recursos tecnológicos dos espaços escolares, através da aquisição de equipamentos informáticos, especializados e de laboratório a serem utilizados pelos alunos e professores, e a criação de ambientes pedagógicos inovadores. Associada está a indispensável instalação ou reestruturação das redes de internet e wireless, aumentando a conetividade à mesma, e a aquisição e criação de recursos educativos digitais que visam a progressiva desmaterialização dos manuais escolares, assim como, a conceção de MOOCs (massive open line courses) que permitirão a aquisição de competências digitais pelos professores e encarregados de educação.

Assim, a concretização deste investimento consubstancia-se através dos seguintes três eixos de ação:

- Equipamentos
- Recursos Educativos Digitais
- Aquisição de Competências Digitais

Metas:

- Equipamentos digitais móveis (tablets e portáteis) **– 24.900**
- Ambientes educativos inovadores – **330 ecrãs interativos**
- Conceção de MOOCs – **24 módulos formação**

Cronograma Financeiro:

(em milhões de EUR)

Anos	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Investimento	0,0	4,0	7,9	7,9	11,0	7,2	0,0	38,0

Modelo de Governação

O Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2021/A, de 3 de setembro, estabelece o modelo de governação das reformas e dos investimentos do Plano de Recuperação destinados à Região Autónoma dos Açores.

O modelo de governação assenta num conjunto organizado de órgãos, com funções de coordenação política, de acompanhamento, de coordenação técnica e de monitorização, e ainda, de auditoria e controlo, nos termos seguintes:

- **Órgão de coordenação política** – assegurado pelo Conselho do Governo Regional dos Açores;
- **Órgão de acompanhamento** – assegurado pelo Conselho Económico e Social dos Açores;
- **Órgão de coordenação técnica e de monitorização** – assegurado pela Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais;
- **Órgão de auditoria e controlo** – assegurado pela Comissão de Auditoria e Controlo, prevista no artigo 7º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio.

Compete ao órgão de coordenação política remeter à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, após parecer do órgão de acompanhamento, os relatórios anuais de progresso do PRR-Açores.

Para operacionalização das competências que lhe são atribuídas, o órgão de coordenação técnica e de monitorização é apoiado por um máximo de 11 gestores de investimento, com vínculo de emprego público com a administração pública regional e indicados pelos membros do Governo Regional com competência nas matérias objeto dos investimentos respetivos do PRR-Açores, não sendo devidas quaisquer remunerações adicionais pelo exercício da função de gestor de investimento.